

UNIVERSIDADE DO MINDELO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

CURSO DE LICENCIATURA EM ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EMPRESAS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE CABO VERDE DE 1991 - 2015

ANO LETIVO 2018/2019 – 4º ANO

Aluno: Salves Jorge Lopes

Orientador: Mestre Carla Jeruisa Monteiro Sabino

Mindelo 2019

Salves Jorge Lopes

ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE CABO VERDE DE 1991 - 2015

Trabalho apresentado à
Universidade do Mindelo como
parte dos requisitos para
obtenção do grau de licenciatura
em Organização e Gestão de
Empresas."

RESUMO

Cabo Verde nos últimos anos tem sofrido grandes transformações económicas, políticas e sociais, que muito tem contribuído para o desenvolvimento e evolução na qualidade de vida da população.

O presente ensaio de final de curso de Organização e Gestão de Empresas, incide-se na evolução do Índice de Desenvolvimento Humano em Cabo Verde de 1990 á 2015, mais concretamente na qualidade de vida da população a partir dos indicadores: renda, saúde, longevidade, pré-estabelecidos pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (ONUD).

Este período foi escolhido por ser a data em que o PNUD começou a utilizar esta importante ferramenta num contexto global, na publicação de dados oficiais do Desenvolvimento de Vários Países.

Palavras-Chaves: Índice Desenvolvimento Humano, Indicadores, Desenvolvimento, Qualidade de Vida

ABSTRACT

Cabo Verde in recent years have undergone great political and social economic transformations, which has greatly contributed to the development and evolution in the quality of life of the population.

This year-end essay on Business Organization and Management focuses on the evolution of the Human Development Index in Cape Verde from 1990 to 2015, specifically on the quality of life of the population based on indicators, income, health, longevity , established by the United Nations Development Program (UNDP).

This period was chosen as the date on which UNDP began to use the important tool in a global context, in the publication of official Development Data in Various Countries.

Key Words: Human Development Index, Indicators, Development, Quality of Life

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus pela vida que me deu, e as imensas formas de a celebrar.

De destacar a minha mãe que sempre me apoiou de uma forma ou outra no término da licenciatura, ao meu irmão Pedro Lopes pelo apoio financeiro, psicológico e emocional ao longo da carreira universitária, e toda a minha família pela presença ao longo desse percurso.

A minha orientadora, Carla Sabino por todo seu apoio, pela dedicação, paciência compreensão, disponibilidade e na motivação durante o decorrer do trabalho.

Um especial agradecimento à Universidade do Mindelo em geral, e em particular aos meus docentes, colegas, à reitoria, à coordenação e a todos que estiveram comigo durante o percurso Universitário

A todos, um Obrigado

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	10
1. Justificativa	12
2. Pergunta de partida.....	12
3. Objetivos Gerais e Específicos.....	13
CAPITULO I: DESENVOLVIMENTO HUMANO E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: DEFINIÇÕES E PRINCIPAIS CONCEITOS	14
1.1 Desenvolvimento Humano.....	14
1.1.1 A qualidade de vida e o Desenvolvimento Humano	16
1.1.2 O Desenvolvimento Humano como liberdade na perspetiva de Amartya Sen (2000)	17
1.1.3 Desenvolvimento VS Crescimento	18
1.1.3.2 Desenvolvimento económico segundo Adam Smith	20
1.2 Índice Desenvolvimento Humano (IDH).....	21
1.2.1 Indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano	24
CAPITULO II – DESENVOLVIMENTO HUMANO E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EM CABO VERDE	28
2.1 Caracterização do Arquipélago de Cabo Verde	28
2.1.1 Aspectos Históricos	28
2.1.2 Aspectos Demográficos	30
2.1.3 Distribuição da População por ilhas	32
2.1.4 Divisão Da População Por Sexo.....	33
2.1.5 Aspectos Económicos	34
3. Desenvolvimento humano e o índice de desenvolvimento humano em cabo verde	36
3.1. Evolução do IDH em Cabo Verde.....	37
I. INDICADOR LONGEVIDADE E ESPERANÇA DE VIDA A NASCENÇA EM CABO VERDE	38
I. Tabela 1: Evolução do Indicador “ longevidade e esperança de vida a nascença em cabo verde entre 2000 - 2010.....	38
II. A ESPERANÇA DE VIDA A NASCENÇA EM CABO VERDE	39
III. INDICADOR EDUCAÇÃO	41
IV. INDICADOR RENDA	45
PIB <i>per capita</i> por indivíduos residentes.....	46
CONCLUSÃO.....	48
BIBLIOGRAFIA	52

INDICE DE FIGURAS

Figura 1. Cabo Verde.....	28
Figura 2: Evolução Populacional 1960 -2010. Fonte INE	31
Figura 3: Evolução da população por idade de 2011 -2015	31
Figura 4: Distribuição da População por Ilhas	32
Figura 5: Divisão da População por sexo de 2000 -2015	33
Figura 6: Evolução do PIB a preço corrente total e por setor de atividade de 1990 - 2015 (milhões de escudos 2007).	34
Figura 7: Evolução do IDH em Cabo Verde (2000 á 2015)	37
Figura 8:Evolução da Esperança de vida a nascença entre 1990 á 2015 em Cabo Verde.....	40
Figura 9: Evolução dos anos esperados de escolaridade	43
Figura 10: Representação do número médio de anos de escolaridade 2000 -2015.....	44
Figura 11: Evolução do Índice de Renda 1995 - 2015.....	45
Figura 12: Evolução do PIB per capita 1990 á 2015	47

INDICE DE TABELAS

I. Tabela 1: Evolução do Indicador “ longevidade e esperança de vida a nascença em cabo verde entre 2000 - 2010.....	38
--	----

SIGLAS/ ABREVIATURAS

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

INE - Instituto Nacional de Estatística

BCV - Banco de Cabo Verde

EBC - Ensino Básico Complementar

EBE - Ensino Básico Elementar

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

VIH - Vírus da Imunodeficiência Humana

RDH - Relatório de Desenvolvimento Humano

PIB - Produto Interno Bruto

ONU - Organização da Nações Unidas para o Desenvolvimento

RNB - Resultado Nacional Bruto

PCC - Paridade do Poder de Compra

PAIGC - Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde

PAICV - Partido Africano de Independência de Cabo Verde

MPD - Movimento para a Democracia

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNFPA - Fundo da População das Nações Unidas

OMS - Organização Mundial da Saúde

PREBA - Projeto de Renovação e Extensão do Ensino Básico

PRESP - Projeto de Renovação do Sistema Educativo

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, o conceito de qualidade de vida tem sido uma abordagem constante e motivacional pelas Mídias, e de uma forma geral nas comunidades científicas.

A perceção do conceito de qualidade de vida tem evoluído, ganhando fundamentos teórico e metodológicos a partir de pesquisas, bem como as múltiplas facetas da saúde e do bem-estar.

Muitas têm sido as políticas públicas criadas e implementadas que toca no aspeto do sistema de vida dos Cabo-Verdianos, com o objetivo de atender as necessidades básicas e de criar um ambiente saudável, propício e justo. No entanto, Cabo Verde com uma conjuntura física desequilibrada entre as ilhas há uma necessidade de compreender as adversidades num contexto global, para desta forma tirar deduções de objetivos prioritários internos.

Desta forma, objetiva-se entender a situação económica e social que se vive em Cabo Verde, através da análise e evolução dos indicadores de desenvolvimento humano, ao longo dos tempos. São ferramentas muito importantes para avaliar as condições socioeconómicas de uma determinada população, que também servem para avaliar o retrocesso das questões sociopolíticas.

Tendo em conta que é um estudo aplicado, onde envolve dados credíveis e de interesse coletivo. A abordagem feita no trabalho é de natureza quantitativa como também descritiva e qualitativa. Com uma metodologia baseada em recolha de fontes bibliográficas, em websites e também em documentos governamentais e não-governamentais como o INE, PNUD Ministério de Saúde, Ministério de educação Banco Central de Cabo Verde (BCCV).

No que toca ao espaço temporal, optou-se por analisar os dados no período 1990 a 2015, por ser o prazo mínimo que iniciou a implementação da importante ferramenta Índice de Desenvolvimento Humano e o prazo máximo capaz de requisitar todas as informações necessárias disponíveis.

Assim a avaliação dos resultados, permite não só clarificar os dados de forma coerente às informações obtidas e conjugadas, como também permite um debate sobre a qualidade de vida, que não se baseia somente na apresentação de dados quantitativos.

É neste sentido que se busca responder a uma pergunta bastante significativa para a sociedade cabo-verdiana que é: Houve uma progressão no Índice de Desenvolvimento Humano de Cabo Verde de 1991 a 2015?

Em termos de organização, o trabalho está representado em 3 capítulos. No primeiro capítulo baseia-se na fundamentação teórica que sustenta a pesquisa.

Nele é feita uma análise teórica-objetiva sobre os principais conceitos de desenvolvimento humano, o índice de desenvolvimento humano e indicadores na perspetiva de alguns autores e instituições como a PNUD.

Questões de subjetividade qualificadas relacionadas ao consumo e à sustentabilidade, do tipo desenvolvimento como Liberdade de Amartya Sen, a fundamentação de Adam Smith no crescimento económico codesenvolvimento e compreensão do PIB.

O segundo capítulo faz uma caracterização, demográfica e económica, territorial e histórica de Cabo Verde, num período de 1990 à 2015, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, do Banco de Cabo Verde.

O terceiro capítulo faz a análise dos indicadores de desenvolvimento de Cabo Verde. Longevidade, educação e esperança de vida.

O último capítulo, (quarto), do presente trabalho faz-se um balanço conclusivo sobre os aspetos relevantes sobre o desenvolvimento de Cabo Verde.

Apresenta-se as principais conclusões retiradas do diagnóstico sobre o desenvolvimento da qualidade de vida em Cabo Verde.

1. Justificativa

A decisão de estudar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Cabo Verde surge, não só, da necessidade de dar continuidade a um trabalho de grupo elaborado no âmbito da disciplina de macroeconomia como também da curiosidade académica de estudar e conhecer melhor a performance de Cabo Verde no que concerne a este importante indicador de desenvolvimento.

O IDH é, sem sombra de dúvida, um indicador de desenvolvimento de reconhecimento mundial elaborado e publicado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que tem por propósito medir e comparar variáveis de natureza socioeconómica designadamente as determinantes da riqueza, natalidade, educação, expectativa de vida, educação entre os países do mundo. A partir desse índice, os países são classificados e hierarquizados tendo em conta o seu nível de desenvolvimento.

Quanto melhor for a classificação/hierarquização alcançada pelo País, maior será a sua qualidade de governação do País e por conseguinte maior a credibilidade e o respeito na arena internacional.

A mobilidade do capital internacional na sua mais variada forma tem sido determinada em função da credibilidade que o País usufrui, particularmente os países em desenvolvimento cujo crescimento e desenvolvimento dele desesperadamente dependem.

Cabo Verde, sendo um País de poucos recursos, reconhece a importância de uma posição melhor a nível do IDH, como forma de consolidar ainda mais a sua credibilidade e confiança internacionais e de garantir mais incentivos da comunidade internacional.

2. Pergunta de partida

A pergunta de partida permite a formulação dos objetivos e daquilo que se pretende investigar. A pergunta de partida que servirá de guia para a obtenção de uma solução. O problema é um fundamento baseado numa dificuldade teórica ou prática a investigar e chegar a uma solução/conclusão.

Entre 1991 a 2015 que progressos abonaram no Índice de Desenvolvimento Humano de Cabo Verde?

3. Objetivos Gerais e Específicos

Definido a pergunta de partida pretende-se com este trabalho de forma Geral,

“Analisar o Índice de Desenvolvimento Humano de Cabo Verde num período de 1991 á 2015”

Especificamente pretendeu-se

Clarificar os conceitos abrangentes ao Desenvolvimento Humano;

Compreender as fórmulas de Cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano de acordo com os critérios da ONU;

Entender os indicadores do Índice de desenvolvimento Humano;

Comparar o Índice de Desenvolvimento Humano de Cabo Verde no intervalo de tempo de 1991 á 2015

CAPITULO I: DESENVOLVIMENTO HUMANO E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: DEFINIÇÕES E PRINCIPAIS CONCEITOS

1.1 - Desenvolvimento Humano

O conceito de Desenvolvimento Humano surgiu na década de 90 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), como forma de analisar as condições de vida das pessoas através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Um instrumento utilizado pela maioria ou quase na totalidade dos países do mundo para medir as suas condições de vida, focados na erradicação da pobreza em conformidade com o bem-estar e a dignidade humana. Esta preocupação, ao longo dos anos tem permitido um grande debate sobre o homem e a sua permanência no seu meio, de como ele vê o seu próprio “eu” e a sua adaptação ao mundo. Com isto, é notado uma disponibilidade, a cada dia que passa, um maior acesso a bens e serviços que outrora era do alcance das pessoas com melhores condições de vida. Portanto, é neste sentido que se irá chegar a uma discussão sobre ideias diversificadas.

O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) (1990) entende que o desenvolvimento Humano é um processo de melhoria da qualidade de vida, onde uma sociedade com uma alta qualidade de vida necessariamente deve viver num clima de paz, liberdade, justiça, democracia, tolerância, equidade, igualdade e solidariedade. Condições estas capazes de satisfazer necessidades e também de dar a sua potencialidade e sabedoria com o objetivo de melhorar as condições de vida das pessoas.

PNUD (2011), diz que o desenvolvimento humano tem a ver com a criação de um ambiente no qual as pessoas possam desenvolver o seu pleno potencial e levar uma vida produtiva e criativa de acordo com as suas necessidades e interesses. Ainda o PNUD acrescenta que o desenvolvimento tem a ver, portanto, com a variedade de escolhas que as pessoas possuem para garantir um padrão de vida aceitável.

Já para Branfenbrenner (1992), citado por Dessen & Júnior. (2005), consideram que o desenvolvimento humano tem a ver com a complexidade da natureza de um individuo e a sua interação com o meio ambiente, que resulta em progressivas ações com alterações no individuo e na sua progressão de vida.

Por outro lado, Ambrósio, T. (2003), citado por Neves, 2005. Comenta que o desenvolvimento humano deve ser o objetivo principal, e o principal enfoque em toda e qualquer política da dignidade e da capacidade humana que os valores e a ética global.

O IDH na ótica do PNUD (1994), é um processo pelo qual se cria um ambiente favorável ao aumento das capacidades e oportunidades das pessoas tanto das gerações presentes como as vindouras.

O desenvolvimento humano é uma questão variada e diversificada, onde ao longo dos tempos os autores têm expressado as suas opiniões, levando a cabo os mesmos objetivos e finalidades, sempre focado no ser humano e na sua forma de viver.

Assegurando sempre que o ativo de uma sociedade é constituído essencialmente por pessoas. O objetivo do desenvolvimento humano permite criar um ambiente propício de vida as pessoas, mas por vezes sucede-se uma maior preocupação na acumulação de mercadorias e riqueza, quando deveria ter em conta que o objetivo principal do desenvolvimento humano é de beneficiar pessoas, mas por vezes valorizam menos a transparência no que concerne o desenvolvimento humano e dão maior ênfase a exatidão imediata de uma renda mais alta, aquando que deve ter em consideração fatores de qualidade de vida como a nutrição e saúde, acesso ao conhecimento, acesso a meio de subsistência, condições de trabalhos dignos, proteção contra o crime e violência, satisfação no acesso ao descanso, com um sentido equitativo de participação nos processos económicos, culturais e políticos das suas comunidades.

O PNUD (2005), diz que o conceito de Desenvolvimento Humano nasceu como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser.

O desenvolvimento Humano leva em conta outros fatores tais como o acesso a um emprego reconhecido e uma remuneração de acordo com o cargo exercido, o acesso a uma habitação digna e que seja protegida dos riscos das ruas, a possibilidade de se educar e educar aos demais para que o futuro possa ser gozado de uma forma trabalhista e civilizada, o acesso à saúde de uma forma adequada que possibilita a resolução dos problemas das doenças. Para tal, na maioria dos países do mundo existe entidades capazes, conforme o caso, de desenvolver políticas internas para dar aos mais necessitados a possibilidade de se desenvolverem.

O desenvolvimento humano diz respeito às liberdades humanas, liberdade para realizar todo potencial de cada vida humana, não apenas de uns, nem de maioria, mas sim de todos” (PNUD, 2016). Parafraseando, Elder, 1996; HInde 1992, citados por Sifuentes (2007), declaram que cada indivíduo no contexto de desenvolvimento tem o seu próprio desenvolvimento vinculado ao tempo, ao contexto e ao processo.

Diferentemente da perspetiva do crescimento económico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pela renda ou os recursos que ela pode gerar, pelo contrário, o desenvolvimento humano vai buscar a essência diretamente nas pessoas, nas suas oportunidades e capacidades.

A renda é importante, mas como um dos meios de desenvolvimento e não como o seu fim. É uma mudança de perspetiva, com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento económico, ou da renda para o ser humano.

1.1.1 A qualidade de vida e o Desenvolvimento Humano

A qualidade de vida tem a ver essencialmente com o bem-estar das pessoas, de como elas vivem, da capacidade de adaptação ao seu meio. Ou seja, tem a ver com a realidade interpessoal ou coletiva de uma população.

Vilarta, R. (2010), diz que a qualidade de vida é um tema que vem predominando a várias décadas no nosso quotidiano, que, no entanto, tem sido bastante subjetivo devido a complexidade por parte das pessoas ou grupos sociais. Representar a felicidade, a saúde, acesso a um trabalho remunerativo aceitável, segurança, acesso a um conhecimento de qualidade, num clima de paz, liberdade de expressão, entre outros.

Mas por outro lado, a capacidade de alcançar a qualidade de vida, requer um maior controlo da objetividade ou subjetividade na participação das sociedades civis nas decisões sociais.

Enquanto, para Minayo & Buss (2000), qualidade de vida tem a ver com a cultura, a capacidade de sintetizar os fatores mais importantes, sustentar o conforto e o bem-estar coletivo, acrescentando que este fator tem a ver com a experiência, valores, conhecimento individual e coletivo, em épocas, espaços e histórias diferentes e relativas às culturas.

Com isto, pode-se denotar 3 campos de referência qualitativa fortemente impulsionadores do desenvolvimento:

- 1- O primeiro campo tem a ver com a história, refere-se à capacitação do desenvolvimento económico, cultural e tecnológico, que não tem a mesma capacidade produtiva numa época igual a uma outra época numa mesma sociedade.
- 2- O segundo tem a ver com a cultura, cada povo hierarquiza os seus valores e princípios de acordo com as suas crenças, usos e costumes.
- 3- O terceiro aspeto tem a ver com as classes sociais, quando se analisa as sociedades pelas suas desigualdades, mostra que os padrões de bem-estar estão estratificados. Com isso tudo, pode-se notar que a ligação da qualidade de vida e o bem-estar estão relacionados com as camadas sociais de maior poder e também com a mudança de uma classe social para outra.

Contudo, não obstante as diferenças culturais, podem adquirir referências e significados mundiais que podem constituir uma mais-valia. Caracteriza-se uma cultura rica, urbanizada e tendenciosa ao desenvolvimento, como um marco a liderança onde envolve o conforto, acesso a comunicação, boa mesa, valores sociais bem hierarquizados, com políticas governamentais aceitáveis, liberdade de expressão, a tecnologia, entre outras qualidades internas.

1.1.2 O Desenvolvimento Humano como liberdade na perspetiva de Amartya Sen (2000)

O desenvolvimento para muitos não é entendido somente como potencialidades económicas de um país e/ou dos indivíduos. Ela é entendida também numa perspetiva de liberdade. Ela pode ser analisada como um processo de alargamento das liberdades das pessoas. Por isso é imprescindível falar do Desenvolvimento Humano, sem abranger as questões de desenvolvimento como liberdade.

E é neste sentido que abordamos as teorias de desenvolvimento de Amartya Sen, que analisa o desenvolvimento como expansão das liberdades, em contraste com as teorias de desenvolvimento que restringem sua análise a identificação com o crescimento do produto nacional bruto, o aumento das receitas pessoais, industrialização, ou outros fatores.

Amartya Sen (2000), defendia a ideia do desenvolvimento como sendo a exclusividade do crescimento do PIB, da renda pessoal, das indústrias, dos avanços tecnológicos ou modernizações sociais. Apesar de serem fundamentais para a expansão da liberdade, em caso de opções de escolhas para os indivíduos numa sociedade. Ele afirma que o crescimento económico não pode ser um fim em si mesmo, e associa o papel do desenvolvimento como a melhoria e a liberdade de vida das pessoas. Sen defende o desenvolvimento não só pelos fatores económicos, mas também de outros fatores qualitativos como a disposição social, a saúde e a educação. Acrescentando ainda que na falta de liberdade substantiva implica numa má disposição social e económica, o que vai afetar nas necessidades básicas como boa alimentação ou acesso aos bens de maiores necessidades, ou seja, o alcance individual ou coletivo de oportunidades de vida depende exclusivamente das liberdades políticas e sociais, da saúde, de participação social, educacionais.

Sem aponta que o direito de acesso as necessidades básicas, contribui fortemente para o desenvolvimento e também são fundamentais para a expansão da liberdade constitutiva, em que a sua privação pode encadear tendências recíprocas que a eles se interligam onde as liberdades económicas, políticas e constitucionais interligam e possibilitam o fortalecimento da liberdade humana no modo geral. Aponta, também, o papel da liberdade constitutiva no desenvolvimento. Onde vê a expansão da liberdade como a principal finalidade do desenvolvimento e reconhece a liberdade instrumental como o principal meio do desenvolvimento.

Sen analisa a pobreza onde ele procura relacionar o termo como sendo uma privação das capacidades básicas e não o baixo nível de renda.

1.1.3 Desenvolvimento VS Crescimento

O desenvolvimento é um conceito bastante abrangente que em primeira instância dá uma noção do aumento significativo do PIB, ou também pelo aumento significativo da produção de uma determinada região, que na realidade busca aspetos qualitativos relacionados ao crescimento económico.

O desenvolvimento económico procura analisar como os benefícios do desenvolvimento são distribuídos numa sociedade, por exemplo, o combate à pobreza, a elevação dos salários e de outras formas de renda, a produtividade no trabalho, melhoria nas

condições de trabalho, melhores condições habitacionais, educação, saúde. Estes são aspetos de natureza qualitativa, capazes de elevar as condições de vida de uma pessoa.

O conceito de crescimento económico é um critério de natureza quantitativa, tem a ver com o aumento da produção de um país, a renda e consequentemente o aumento do PIB, onde maior for os fatores de produção, maior é o crescimento.

Muitos autores associam o desenvolvimento ao crescimento enfatizando que muitos países são subdesenvolvidos porque não utilizam todos os fatores de produção, logo cresce menos do que os países desenvolvidos. Por outro lado, outros autores defendem a acumulação de capital como solução problemática da sociedade e do crescimento económico, a renda deve ser distribuída pelos fatores de produção.

Sousa, N. (2005) define o desenvolvimento pelo aumento contínuo dos níveis de vida, incluindo maior consumo de produtos e serviços para o conjunto da população, onde considera que o resultado da renda é insuficiente para comparar o nível de desenvolvimento dos países, o que seria necessário aglomerar um conjunto de indicadores qualitativos capazes de refletir melhor no aspeto económico e social. Sousa acrescenta ainda que as medidas destinadas ao combate à pobreza seriam necessárias na concentração da renda e nas necessidades específicas das pessoas, no que afirma que nem sempre o alto nível de renda corresponde ao desenvolvimento.

Sousa acrescenta que os indicadores como a mortalidade infantil, número de matrículas escolares, a igualdade dos sexos na educação e as liberdades políticas, apresentam uma correlação imperfeita com a renda *per capita*, onde a sua distribuição direta para os indicadores de desenvolvimento seriam medidas perfeitas para o desenvolvimento.

1.1.3.1 Crescimento económico na abordagem de José Paschoal Rossetti (2003)

Rossetti, J. em (2003), analisa o crescimento económico baseado em políticas económicas e sociais, onde definiu três campos fundamentais para tal, o **Crescimento, a Estabilidade e a Equitabilidade**, e procurou analisar como estas políticas são hierarquizadas e adaptadas a sociedade e também qual terá dado maior ênfase. Rossetti aponta a necessidade de hierarquização, onde afirma que os que dão maior ênfase ao crescimento e a estabilidade, priorizam as suas crenças e interesses dos seus negócios, e os que priorizam a equitabilidade, lutam pela convicção e os interesses políticos.

Rossetti definiu o crescimento económico baseado em três critérios:

- 1 - A melhoria ou a expansão das disponibilidades de recursos para a expansão económica, a adequação do tamanho e da estrutura da população, a modernização e a ampliação da capacidade instalada de produção, a exploração de reservas naturais ocorrente no espaço económico, sob a condição de preservação autossustentada do meio ambiente.
- 2- A implantação de infraestrutura adequada que dê suporte à eficiente utilização dos recursos económicos disponíveis.
- 3- Adequação da capacidade de financiamento para as necessidades de investimento compatíveis com os padrões e o ritmo desejado de crescimento.

1.1.3.2- Desenvolvimento económico segundo Adam Smith

Smith, (1983), defende que o desenvolvimento era sinónimo de produção e a riqueza era sinónimo de mercadorias, onde maior for a produção, maior é o excedente económico ou maior é a riqueza.

Adam Smith destaca a teoria da vantagem absoluta, que afirma que na constituição da riqueza, um país com vantagem produtiva, deve especializar-se na produção deste produto, a divisão do trabalho e a especialização da mão-de-obra contribuam fortemente para o progresso da sua economia, apontando ainda que a maior riqueza de uma nação é originada da agricultura.

Smith acrescenta ainda que a riqueza não é baseada exclusivamente na acumulação de dinheiro, mas sim na circulação do dinheiro em bens de consumo, considerando que o imposto é uma grande privação do crescimento económico.

Adam Smith aponta também que o crescimento económico era alavancado pela população onde não havia obstáculos de crescimento, e que a mesma população seria transformada em investimento como trabalhadores produtivos, destacando que a capacidade humana, as tecnologias e o dinheiro se complementam em torno do progresso económico. Ainda para este o aumento salarial não contribuía de forma alguma para o declínio dos lucros, onde maior for a produção, permitia a economia de escala. A visão de Adam Smith sobre desenvolvimento estava fortemente ligada ao

crescimento económico, descartando assim as qualidades de vida das pessoas. A estabilidade de vida na ótica de Smith era baseada na capacidade produtiva de uma nação.

1.2 - Índice Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano, (IDH), é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de desenvolvimento e para ajudar a classificar os países como desenvolvidos (desenvolvimento humano muito alto) (desenvolvimento humano desenvolvimento humano medio e alto), (desenvolvimento humano baixo). Este indicador foi criado no início de 1991 pela Organização das Nações Unidas, (ONU) com o objetivo de contrapor ao PIB *per capita* que considera apenas a dimensão económica do desenvolvimento como o fator de desenvolvimento Humano.

Este foi Criado por Mahbud UL Haq em 1991 com a colaboração do economista Amartya Sen, vencedor do prémio nobel da economia 1998. O objetivo seria de potencializar o IDH como uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano.

Paulani e Braga (2007), também acrescentam que o IDH é uma medida que resume o progresso no longo Segundo Faria (2005), o IDH é um indicador comparativo, criado pela ONU em 1991 que é usado pelo PNUD, para medir o desenvolvimento humano dos países, podendo ser prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

Assim o IDH foi criado para analisar as pessoas com as suas capacidades, que deve ser o critério para avaliar o desenvolvimento de um país que não se baseia simplesmente no crescimento económico. Este também é usado para avaliar as questões políticas nacionais, que analisa dois países com o mesmo RNB e o *per capita*, que podem ter níveis desenvolvimentos Humano diferentes o que podem ainda estimular um debate com prioridades políticas de um governo.

Para Santoro. (2016) o IDH é um índice que serve de comparação entre os países com o objetivo de medir a evolução económica e social de um país.

O IDH resume-se num sucesso médio das principais dimensões do Desenvolvimento Humano, com uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e com um padrão de

vida decente, com condições económicas favoráveis. Esta por sua vez se resume numa média geométrica dos índices normalizados em três dimensões.

Saúde, esta é avaliada pela esperança de vida a nascença;

Educação, é medida por anos de escolaridade para adultos com vinte e cinco anos ou mais e também aos anos de escolaridade esperado para crianças com idade escolar.

Padrão de vida, que reflete a Renda Nacional Bruta é medida pela Renda Nacional bruta *per capita*.

O IDH utiliza o logaritmo do rendimento para refletir a importância decrescente do rendimento com o aumento do RNB. As determinações dos resultados dos indicadores são conjugadas, num Índice composto, usando a média geométrica. O IDH baseia-se apenas na base do Desenvolvimento Humano, pois este não reflete nas desigualdades, a pobreza, a segurança Humana, a discriminação, a liberdade económica, social e política, o empoderamento, etc. Existe outros indicadores compostos como uma Proxy mais amplo em algumas questões importantes para o desenvolvimento humano, como a desigualdade de género e a pobreza.

A composição do IDH foi estabelecida como um avanço a uma única estatística que serve de referência também para o desenvolvimento económico. Este é definido para um valor mínimo e máximo para cada um dos indicadores e mostra o posicionamento de cada país com base nestes valores, que variam entre zero e um, que quanto mais próximo de um, maior é o nível de Desenvolvimento Humano, e quanto mais próximo de zero, também mostra o pouco desenvolvimento desse país. O IDH é o mais antigo proeminente nos congregados das medições desde a primeira publicação dos RDH. Esta tem uma transparência, simplicidade e ressonância popular.

O IDH varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um, (desenvolvimento Humano total). Os países com IDH até 0,499 são considerados países com desenvolvimento humano baixo, até 0,799 são países com desenvolvimento humano médio e com IDH superior a 0,8 são considerados países com desenvolvimento humano alto ou desenvolvidos.

O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), reconhecido pelas Nações Unidas como um exercício intelectual e independente é uma importante ferramenta para aumentar a consciencialização sobre o desenvolvimento humano em todo o mundo. Com a sua riqueza de dados e abordagem inovadora para medir o desenvolvimento, o RDH tem um grande impacto nas reflexões sobre o tema no mundo todo. Os RDHs incluem o índice de desenvolvimento e apresentam dados e análises relevantes à agenda global e abordam questões e políticas públicas que colocam as pessoas no centro das estratégias que enfrentam os desafios do desenvolvimento. O RDH global é publicado anualmente pelo PNUD, com temas e dinâmicas de interesse internacional, bem como o cálculo do IDH de grande parte dos países do mundo. (pnud, 2018)

Paulini e Braga (2007), definem o IDH como sendo uma medida que resume o progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde, já para Romão (1993), o IDH reflete a construção de um índice sintético com três dimensões de qualidade de vida. Para este autor, os motivos apresentados pelas Nações Unidas para a consideração destas três dimensões no cálculo do IDH, são:

1. A atribuição de pesos aos diferentes componentes do IDH, a medida que aumenta o número de dimensões;
2. A indisponibilidade de dados estatísticos para um conjunto mais abrangente de informações para certos países;
3. A existência de indicadores sobrepostos aos considerados na formulação do IDH, como exemplo a mortalidade infantil que já está refletida na expectativa de vida.

O índice de desenvolvimento foi publicado pela primeira vez em 1990, então foi calculado anualmente. Desde 2000 a sua evolução histórica é recalculada devido a movimentação de países e certas adaptações metodológicas nelas inseridas, que possibilita análise tendenciosa, assim, a sua tendência foi mundialmente referenciada. É um índice-chave dos objetivos de desenvolvimento do Milénio e das Nações Unidas.

1.2.1- Indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano

Os índices são agregados para comporem o IDH global, estes são multiplicados por si e a sua raiz cubica é obtida e assim se produz a média geométrica dos índices. Logo distribui os indicadores de desenvolvimento, nas suas dimensões, e a apresentação dos valores mínimos e máximos que representam no IDH.

Longevidade - o indicador longevidade consiste em analisar o tempo de vida de um indivíduo e mostra a expectativa de vida ao nascer com o tempo que espera viver se os padrões mantivessem as taxas de mortalidade quando nascem, permaneceriam os mesmos durante a vida toda dessa criança. Este indicador é muito importante, mantendo a crença de que uma vida longa é valiosa sempre com a consciência de nutrição e uma boa saúde dão uma impressão de maior expectativa de vida. Esta conexão permite dar uma visão maior no processo de desenvolvimento humano, mas com uma limitação na disponibilidade de informação sobre a saúde e nutrição das pessoas.

A esperança de vida é calculada com base num valor mínimo de vinte anos e um valor máximo de oitenta e cinco anos sendo que estas são metas fixas. O valor mínimo de 20 anos fixados, é a idade considerada que um individuo numa sociedade necessita para poder sobreviver, já para o valor máximo pode ser interpretado como sendo um objetivo que pode ser visto como sendo operacional ou espetável.

Educação - a alfabetização é uma reflexão massiva do acesso a educação, pois apostando numa educação de qualidade, estará a participar necessariamente numa sociedade produtiva. A alfabetização é o primeiro passo de uma pessoa na aprendizagem e a construção do conhecimento implica um passo fundamental em qualquer medida de desenvolvimento humano. De uma forma mais variada, o processo de desenvolvimento humano é o indicador que oferece uma maior precisão no básico do desenvolvimento humano e merece uma maior ênfase.

PNUD (1990) Este indicador é composto em duas áreas, uma é a média de escolaridade para adultos acima dos vinte e cinco anos com o número de anos, e a outra é o número de anos de escolaridade para uma criança com idade escolar, onde a média de escolaridade é baseada na duração que uma pessoa tem em cada nível de educação. Os anos de matrículas que se esperam são baseados nas inscrições por idade em todos os

níveis de ensino e também no número de crianças inscritos com idade escolar para cada nível de educação, realçando que os níveis de educação mudam de país para país que é levado em conta na determinação deste indicador. Os dois indicadores são normalizados para zero que é tomado como valor mínimo e quinze anos como valor máximo por anos médios de escolaridade e dezoito anos para escolaridade esperada, visto que em zero anos, uma sociedade pode existir sem nenhuma educação formal. Estes dois índices são combinados para criarem a componente educação, sendo que é atribuído $2/3$ para adultos alfabetizados e $1/3$ para o índice de matrículas.

Renda - este é o indicador chave no desenvolvimento humano, pois é ele que comanda os recursos chaves para uma vida decente. Provavelmente é o indicador mais difícil de determinar, pois requer uma atenção especial uma vez que necessita de dados concretos sobre o valor da terra, créditos, débitos, de renda, entre outros. O indicador mais importante e prontamente disponível é a renda apesar de ter uma maior abrangência, mas também tem a restrição de bens e serviços não comercializáveis e a falta de exatidão nas anomalias cambiais com tarifas e impostos que dão a renda *per capita* tarifários nominais, que permitem comparações internacionais. Mas por outro lado, os dados podem ser melhorados pelo PIB real *per capita* que apresenta dados mais reais. O poder de compra das pessoas é o comando para um padrão de vida mais decente, tendo sempre em consideração que as pessoas não necessitam de uma renda abundante para ter uma vida decente.

Um nível de vida estável baseado na Renda, não baseada diretamente na capacidade económica de um indivíduo. Este indicador é muito importante, uma vez que representa o padrão de vida que um indivíduo pode viver, fornecido por uma sociedade. Este é calculado com base no Resultado Nacional Bruto (RNB) em detrimento da Paridade do Poder de Compra (PCC), que reflete a importância decrescente entre os países mais ricos, onde a sobra do rendimento vale mais para os pobres do que os ricos.

Assim se calcula o índice normalizando o logaritmo do RNB baseando nos valores máximos e mínimos.

De acordo com Paulani e Braga (2007), o Índice de Desenvolvimento Humano, é uma medida resumida no progresso do longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), estabeleceu que o IDH é analisado tendo em conta três dimensões básicas da existência humana. (PNUD 2005).

Compostas em:

- Uma vida longa e saudável;
- O acesso ao conhecimento;
- Um padrão de vida digno;

Estas três dimensões são mensuradas no IDH pelos seguintes indicadores:

- Esperança de vida ao nascer;
- Taxas de alfabetização e matrícula;
- Renda/ PIB *per capita*;

Para cada indicador, os valores mínimos e máximos são selecionados, eles não correspondem a valores observados, são fixos e baseiam-se no comportamento dos indicadores (as suas probabilidades nos próximos 25 anos).

No respetivo indicador, entre os valores máximos e mínimos, representa o caminho completo pelo qual a sociedade percorre.

Para a composição do IDH deve-se ter em conta a seguinte forma de cálculo:

$$\text{Índice} = (\text{valor observado} - \text{valor Mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo})$$

Isto quer dizer que o resultado do valor é um número puro e mostra qual o caminho já percorrido pela sociedade em detrimento do caminho a percorrer no respetivo indicador.

Se, para uma sociedade um indicador qualquer permanecer no valor mínimo, quer dizer que automaticamente o valor normalizado do mesmo indicador será zero. Mas também se alcançar valor máximo, o normalizador de indicador será um, quer dizer que a escala do indicador se varia entre zero e um. Para cada um dos indicadores normalizados têm 1/3 no peso do IDH.

Adota-se o peso igual em todas as dimensões do IDH na medida em que todos são valiosos e desejáveis. No cálculo do IDH não se deve substituir um indicador por outro para o calcular, por exemplo não se deve abrir mão de uma renda em troca de um ano de

vida ou um determinado nível de conhecimento no contexto do IDH. Se o valor do IDH varia entre zero e um, o valor dos três indicadores também variam entre zero e um.

Torres H. et al (2003), diz que para avaliar os indivíduos de uma região ou país, não se deve ter em conta somente a renda, mas também saber como esse dinheiro é distribuído de forma justa e digna e se atenua as condições de necessidades básicas como também outras necessidades que são impertinentes às necessidades do individuo tais como o serviço médico de qualidade e a uma boa educação, além disso, deve-se ter em conta se as condições de trabalho são favoráveis e se são executadas conforme a lei, se as condições sociais e familiares têm suporte satisfatórios ou seja, ter as condições dignas de vida humana.

Neri, A. (2007), também com uma abordagem semelhante, diz que qualidade de vida é muito amplo e subjetivo e abrange uma grande gama de aspetos tais como, o bem-estar pessoal, a auto estima, a capacidade funcional, a sua capacidade económica, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, o auto cuidado, o suporte familiar, o estado de saúde, os valores culturais, éticos e religiosos, o estilo de vida, a satisfação com o emprego e o ambiente em que elas vivem ou seja o meio envolvente. Estes em decorrência do processo de crescimento económico, tem um impacto que afeta diretamente a qualidade de vida da população, comprometendo gerações. No entender de Pita (2011), o desenvolvimento pelo lado da sustentabilidade aborda questões como a preocupação do ser humano como as condições de seu planeta e de seu semelhante, dizendo que o desenvolvimento sustentável se preocupa com os futuros impactos causados

Segundo Caplan, B (1991), o IDH reflete a construção de um índice em três dimensões de qualidade de vida. No entanto, a ONU diz que o ideal seria refletir todos os aspetos da vida humana. Os motivos apresentados pelas Nações Unidas para o cômputo de apenas três dimensões no cálculo do IDH, são devido a três fatores: - o primeiro refere-se a atribuição de pesos aos diferentes componentes do IDH, a medida que aumenta o número de dimensões; o segundo consiste na indisponibilidade de dados estatísticos para um conjunto mais abrangente de informações para certos países; - e o terceiro fundamenta-se na existência de indicadores sobrepostos aos considerados na formulação do IDH, como exemplo a mortalidade infantil que já está refletida na expectativa de vida.

CAPITULO II – DESENVOLVIMENTO HUMANO E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EM CABO VERDE

2.1- Caraterização do Arquipélago de Cabo Verde

Cabo Verde é um arquipélago situado no Oceano Atlântico a cerca de 500 km da costa ocidental da Africa, entre as latitudes 14° 23 e 17° 12 Norte e de longitude 22° 40 e 25° 22 oeste e é expandido no total territorial de área 4033 km², o arquipélago de Cabo Verde é constituído por dez ilhas e oito ilhéus, que se divide em dois grupos consoante o vento de alíseo do nordeste, o primeiro grupo tem por nome Barlavento que é constituído por Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista com dois ilhéus Raso e Luzia, e pelo grupo de Sotavento que integra o Maio, Santiago, Fogo e Brava e os ilhéus Secos ou de Rombo. Situado nas proximidades de Africa e no encruzilhado da Europa e da América como mostra a figura.

Figura 1. Cabo Verde



2.1.1- Aspetos Históricos

As ilhas de Cabo Verde como é designado, têm origem num cabo que se situa na costa do senegal, descoberta no século XV mais precisamente em 1460, por navegadores Portugueses durante expansões marítimas, com supostos descobridores tais como Venesiano Cadamosto, Diogo Gomes e António de Noli, sem indícios humanos residentes anteriormente, senão pombos e outras aves. A primeira ilha do arquipélago a

ser avistada teria sido Santiago e também a primeira ilha a ser povoada, apesar de não oferecer as melhores condições de vida onde o clima que era quente e seco, e não havia condições de muita água, que limitaria a prática da agricultura, nomeadamente o cultivo do trigo, do vinhedo e da cevada que naquela altura, eram a base da subsistência da alimentação. De seguida a ilha do Fogo, sendo que durante 40 anos havia habitantes apenas nessas duas ilhas, a Boavista e Sal eram lançados gados e pastores escravos.

A colonização prosseguiu-se com o povoamento das ilhas de Brava e Santo Antão, São Nicolau, Boa Vista e Maio nos séculos XVI e XVII por colonos metropolitanos do Algarve e da Madeira e posteriormente por outros estrangeiros, como escravos vindos da Guiné, do Senegal, dos Bantos entre outros Europeus e Africanos precisamente e por mestiços nascidos em Cabo Verde. Já as ilhas do Sal e São Vicente foram povoadas nos séculos XVII e XIV respetivamente.

Devido ass condições climáticas pouco favoráveis, devido à situação geográfica, o país começou a dar fragilidades e entrou em decadência tendo uma economia pobre e de subsistência. Cabo Verde foi marcado com as secas durante todo o século XIX sendo os mais terríveis em 1831, 1864 e também no século XX foram períodos igualmente difíceis para as populações das ilhas. Neste contexto, por outro lado devido à crise económica e demográfica, houve um aumento significativo da população com as taxas de natalidade, que aumentou o número de emigrantes para o refúgio dos graves problemas da sociedade Cabo-verdiana.

Em 1975 iniciou-se o processo de independência de Cabo Verde e Guiné-bissau em busca de duas repúblicas autónomas federadas entre si, através de um partido que governava estes dois países designado de PAIGC. Mas em 1980 Cabo Verde pôs de parte os projetos que uniam os dois países, começando a trilhar o percurso individualmente com a criação do Partido Africano de Independência de Cabo Verde (PAICV)

Em 1990, Cabo verde torna-se um país pluripartidário onde foram realizadas em 13 de janeiro de 1991 eleições legislativas, a primeira na Africa Lusófona, com diversos partidos saindo vencedor o Movimento para a Democracia (MPD).

Ciente das dificuldades económicas de Cabo Verde, o novo governo procurou a subsistência, criando relações de ajudas e cooperações económicas internacionais com

diversos países, Nomeadamente Portugal, Holanda, Estados Unidos, países escandinavos, entre outros, em medida de combate ao subdesenvolvimento. (Ferreira, L 1997)

2.1.2 Aspetos Demográficos

Neste tópico é apresentado a evolução da população de Cabo Verde entre os períodos de 1991 e 2015, com base nos censos do Instituto Nacional de Estatísticas (INE). Portanto será analisado dois campos desdobrados, o primeiro é o crescimento da população e urbanização e o segundo é a estrutura da população por idade.

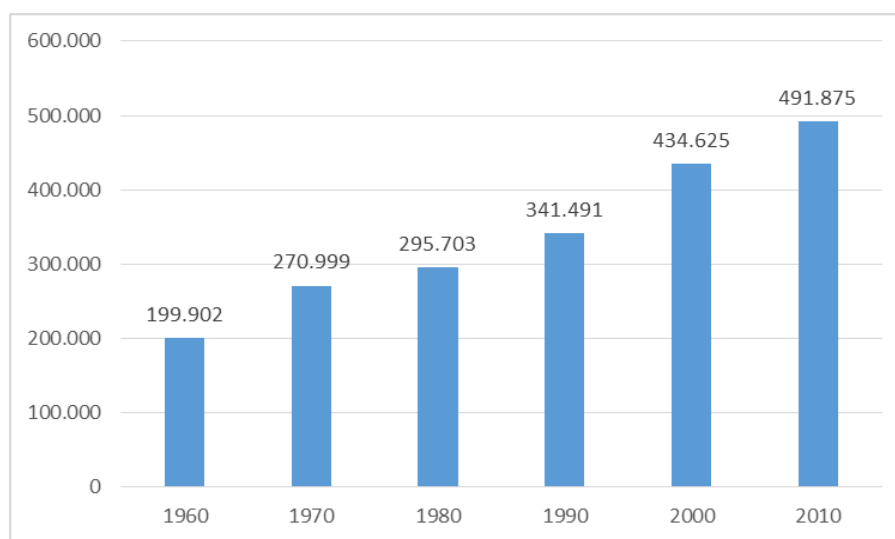
Considerando que Cabo Verde realiza Censos Demográficos desde 1960, o gráfico acima é representado com dados estatísticos censuários de 1960 a 2010, o último ano do censo geral, que é realizado de dez em dez anos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Cabo Verde em 1991 tinha uma população aproximadamente de 349.934 habitantes segundo o Instituto Nacional de estatística (INE 2010).

A figura 2, abaixo representado, mostra um crescimento da população em Cabo Verde ao longo das décadas, comparando a evolução da população Cabo-Verdiana de 1990 a 2010, nota-se um aumento moderado de 341.491 para 491.875 indivíduos que constitui um aumento de 150.384 indivíduos o que corresponde a um aumento populacional de 30,57%, em que não foram registados estagnação nem decréscimo populacional ao longo das décadas.

Fernandes (2011) aponta a redução do ritmo de crescimento da população Cabo-Verdiana no período 2000 a 2010, por algumas razões básicas tais como: o grande avanço na saúde reprodutiva no arquipélago que influencia de tal maneira a taxa de natalidade, acesso a proteção contra doenças e gravidez, proporcionando às mulheres um melhor nível de informação e instrução, acesso ao ensino superior que altera os planos de maternidade, casais com menos filhos, preocupados com a educação dos filhos, e a questão migratória para as diferentes partes do mundo.

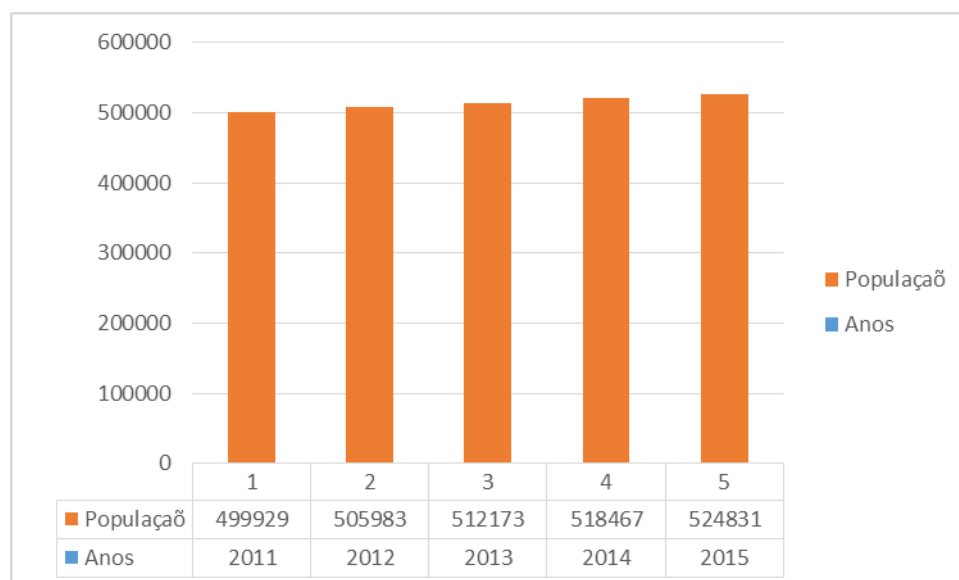
Figura 2: Evolução Populacional 1960 -2010. Fonte INE



Fonte: INE 2010

Destaca Fernandes (2011) que cerca de 600.000 cabo-verdianos se encontram emigrados com incidência na Europa, EUA e África, no que constitui um aumento económico bastante significativo e no mesmo sentido, diminui consideravelmente a população local.

Figura 3: Evolução da população por idade de 2011 -2015



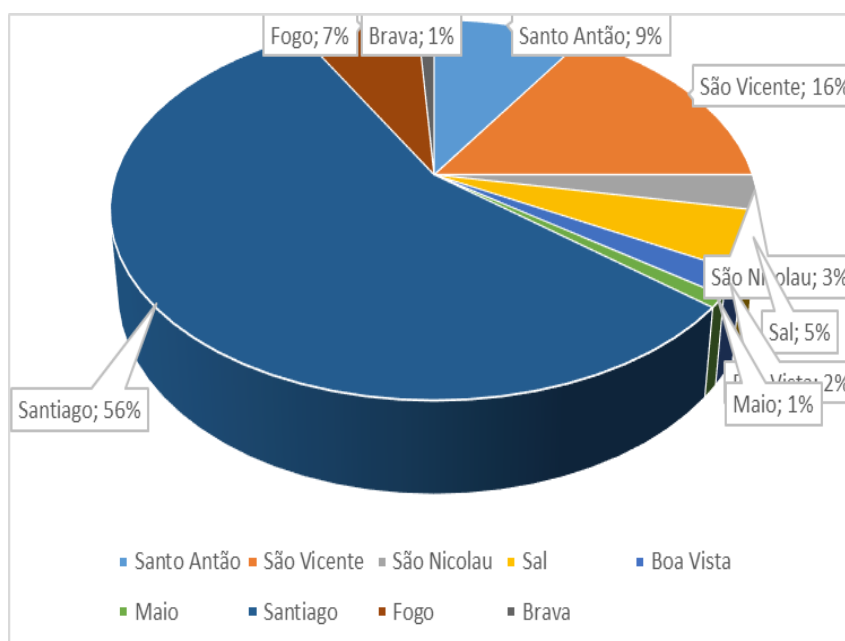
Fonte: INE (2015)

Segundo o Anuário Estatístico do INE de 2015, houve uma evolução anual da população de 2011 a 2015, onde apresentava uma população aproximadamente de 499.929 habitantes em 2011 e m 2015 e um total de 524.831 habitantes com um crescimento de 24.902, que constitui um aumento populacional de 4,75%. Correspondendo uma média de 0.95% por ano constituindo um total de aproximadamente 5.000 habitantes por ano.

2.1.3 Distribuição da População por ilhas

De acordo com o censo de 2010 a ilha de Santiago é o maior aglomerado da população cabo -verdiana com um total de 275.450 habitantes, representando um total de 56%, sendo São Vicente o segundo com 16% com cerca de 78.700 habitantes, em terceiro Santo Antão com 9% constituindo um total de 44.268 habitantes com as menores quantidades de população para Fogo, Maio, Boavista, Sal, Brava e São Nicolau assim formando 19%.

Figura 4: Distribuição da População por Ilhas

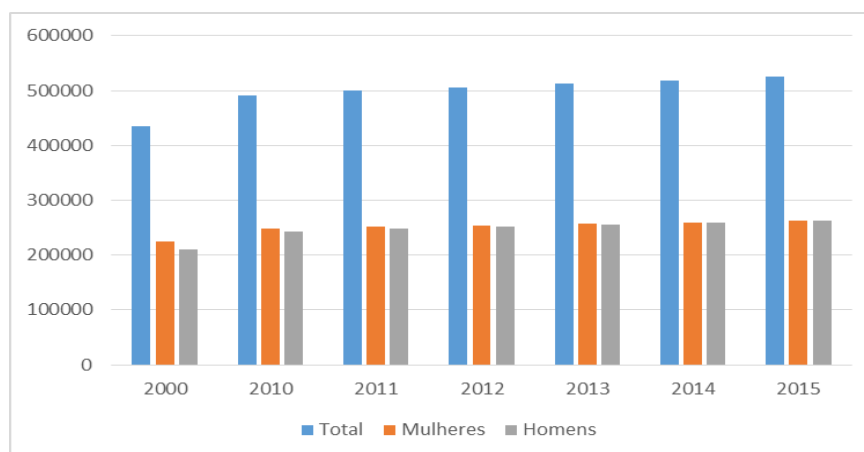


Fonte: INE (2010)

2.1.4 Divisão Da População Por Sexo

Neste ponto, pretende-se apresentar a distribuição da população cabo-verdiana por género, entre o período de 2000 a 2015.

Figura 5: Divisão da População por sexo de 2000 -2015



Fonte : INE 2015

Na composição da população cabo-verdiana, pode-se notar um maior domínio da classe feminina na população total do que a classe masculina. No ano 2000, houve um domínio da população feminina em relação a população masculina, formando assim 51,54% da população total cabo-verdiana, sendo apenas 48,46% para a classe masculina. No mesmo trajeto, por outro lado, já não pode manter a mesma tendência em 2015, onde há um domínio da classe masculina que liderava a população cabo-verdiana com 50,02% sendo 49,98% para a classe feminina de 49,98%, um resultado superior, mas não tão significativo comparando a liderança feminina desde 2000 a 2014, com ligeiras vantagens ao longo dos anos.

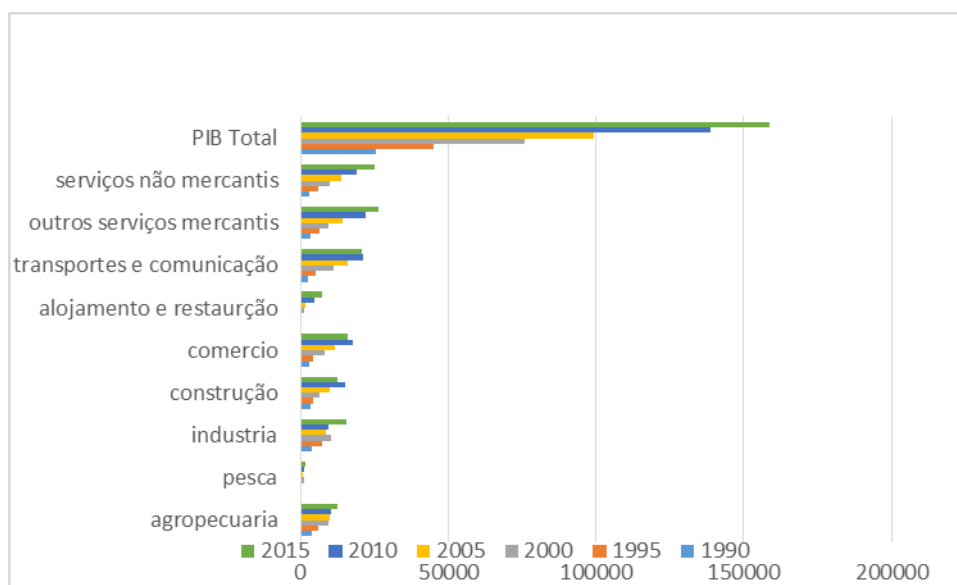
O Senso realizado pelo INE em 2010, aponta para uma população ativa em Cabo Verde de 56% do sexo masculino e 44% do sexo feminino por outro lado, a inatividade é representada uma quantia de 61% para as mulheres e 39% para os homens.

2.1.5 - Aspectos Económicos

Neste ponto pretende-se analisar a evolução da economia de Cabo Verde, principalmente do PIB, no período definido de 1990 á 2015. A escolha desse intervalo temporal justifica-se pelo objetivo do tema, e que também está delineado para um período de tempo de 1991 á 2015.

O Produto Interno Bruto representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região em valores monetários, durante um período de tempo, ele é um dos indicadores macroeconómicos mais utilizados, que tem por objetivo principal mensurar a atividade económica de uma região. É neste sentido que se pretende demonstrar o comportamento económico da economia de Cabo Verde através do PIB, utilizando o PIB total e o PIB por setores de atividades económicas.

Figura 6: Evolução do PIB a preço corrente total e por setor de atividade de 1990 - 2015 (milhões de escudos 2007).



Fonte INE (2015)

Ao analisarmos a figura 6, concluímos que de 1990 á 2015 houve uma evolução considerável do PIB por setores de atividade em Cabo Verde.

Em 2015 o arquipélago de Cabo Verde arrecadou mais riqueza do que em 1990 e passou de 25.595 milhões de escudos para um total de 158.699 milhões de escudos. Um crescimento que se deu também ao nível demográfico, tendo em conta que a população

de Cabo Verde em 1990 era de 341.491 habitantes, que passou para 524.831 habitantes em 2015, o que constitui um aumento de 34, 93%. Pode-se desta forma concluir que a geração de riquezas *per capita* teve um aumento significativo nos anos de comparação 1990 a 2015.

Ainda podemos observar, o PIB entre 1990 a 2015, teve um crescimento sem oscilações anuais. Com um ritmo de crescimento quase que constante neste intervalo temporal fixos de cinco em cinco anos. Sendo que entre 1990 á 2015, houve um crescimento de 30.691 milhões de escudos.

Registou-se um movimento ascendente um pouco mais forte de 2005 a 2010 correspondendo ao maior aumento de aproximadamente 40 milhões de escudos, seguido do ano 1995 a 2000 que houve um crescimento de 30 milhões de escudos.

O PIB de Cabo Verde, atingiu o pico máximo em 2015 jamais alcançado por nenhum outro momento anterior. Isto deve-se a uma estabilidade económica, e a uma economia em constante crescimento e mutação. (BCV 2016)

Através do gráfico podemos ainda analisar a evolução do PIB em Cabo Verde por setores de atividade, dos anos 1990 á 2015.

A maior contribuição para o PIB do país, nesse período de tempo, advém dos serviços mercantis e não mercantis, seguido dos transportes e comunicação, comércio, construção e indústria.

O alojamento/restauração e pesca são os ramos que menos contribuíram para a composição total do PIB, apresentando resultados reduzidos, uma vez comparada com outros ramos de atividade. Fazendo uma retropolação na variável pesca, uma vez comparada a sua progressão ao longo dos tempos, pode-se notar um baixo crescimento, onde em 1990 contribuía no PIB com 1.18% o que constitui um resultado bastante baixo, mantendo a sua contribuição e na mesma proporcionalidade que em 1990 com 1.8%.

Podemos ainda dentro da análise, salientar que de acordo com o INE (2015), o turismo teve um grande contributo no crescimento e evolução do PIB gerando uma riqueza de cerca de 25.100 milhões de escudos, em 2011, um total percentual de 18,71 que aumentou em 2013 para 21,91%, já em 2014 viu reduzir ligeiramente para 20, 97%.

Cabo Verde, com a inexistência de recursos naturais, e situado entre três continentes, tendo optado pelo turismo como um dos setores prioritários de desenvolvimento incluindo a exploração dos serviços portuários e aeroportuários como pilares essenciais de desenvolvimento. Este, com forte dependência dos produtos e serviços estrangeiros incluindo os produtos petrolíferos. Sendo um país de poucos recursos agrícolas, este é destinado ao consumo interno apesar das secas. Baseado também nas explorações marinhas para o consumo, este também constitui uma forte opção para a economia Cabo-verdiana. É um país fortemente dependente das suas remessas de emigrantes e de ajudas externas ao desenvolvimento que potencializam a sua economia.

3. Desenvolvimento Humano e o Índice de Desenvolvimento Humano em Cabo Verde

Procurar-se-á, neste ponto evidenciar o Índice de Desenvolvimento Humano de Cabo Verde, o desempenho dos indicadores que o decompõe, as variáveis, já em epígrafe salientadas: Renda, Saúde e longevidade, Educação e Emprego.

Cabo Verde nos últimos anos, tem sofrido grandes transformações económicas, sociais e demográficas com impacto no nível e condições de vida da população e com redução das desigualdades entre esses grupos.

Cabo Verde, um país que em pouco tempo de história passa a ser classificado como país de desenvolvimento médio, com um Índice de desenvolvimento Humano de 0,648, situado acima dos 0,499 e abaixo dos 0,799 estabelecidos pelo PNUD que o considera como um país de médio desenvolvimento humano, tem vindo a apostar em fortes políticas de desenvolvimento Humano, tal fato deve-se a boa governação e interesse próprio.

Cabo Verde foi o primeiro país do mundo a criar um escritório comum em 2006 que integra o PNUD, o Fundo das Nações Unidas para A Infância (UNICEF) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) como forma de consolidar e priorar as necessidades de desenvolvimento, ascendendo assim à país de desenvolvimento médio em 2008.

Cabo Verde é reconhecido pela boa governação, pelas boas políticas públicas, pela justiça social e igualdade de oportunidades.

No ponto que se segue pretende-se fazer uma caracterização da evolução do Índice de Desenvolvimento Humano em Cabo Verde, tendo em conta os indicadores já em cima salientados.

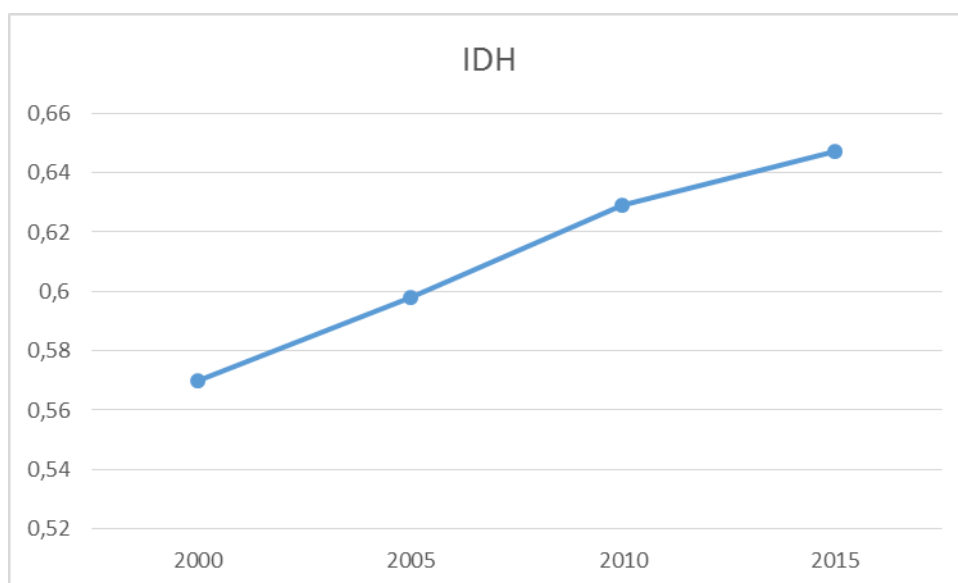
3.1. Evolução do IDH em Cabo Verde

O IDH é um indicador de desenvolvimento sintético que serve para avaliar o nível de desenvolvimento humano de um determinado país ou região.

Na figura 7 está representada a evolução histórica do IDH em Cabo Verde de 2000 a 2015 disponíveis no PNUD.

Primeiramente há que destacar, que Cabo Verde, em 2000, com um IDH de 0,57 e que partir de então viu o seu IDH a crescer até 2015, mas que até 2008 então considerado pelo PNUD como País de baixo desenvolvimento.

Figura 7: Evolução do IDH em Cabo Verde (2000 á 2015)



Fonte: PNUD 2017

Os dados do gráfico apontam para uma melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano em Cabo Verde entre 2000 á 2015. Em 2000, Cabo Verde tinha um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,57, passando para 2005 com 0,598 constituindo assim um aumento de 4,68%. De 2005 a 2010, o IDH cresceu também de 0,598 para 0,629 que aumentou 4,9%. Já para o ano 2015 houve um aumento quase que proporcional aos intervalos temporais anteriores referidos de 0,018 constituindo assim um percentual de

2,78. Nota-se que o IDH em Cabo Verde em Geral teve um aumento de 2000 a 2015 de 11,9%, onde em nenhum momento viu decrescer os valores, apesar das diferenças de crescimento entre os períodos.

Tendo em conta os dados de evolução de Cabo Verde no que toca ao desenvolvimento Humano, foi importante a apresentação, descrição, caracterização e evolução dos indicadores de IDH em Cabo Verde.

I. INDICADOR LONGEVIDADE E ESPERANÇA DE VIDA A NASCENÇA EM CABO VERDE.

A dinâmica de uma população está diretamente influenciada por três principais componentes demográficos: a mortalidade, a fecundidade e a migração. Os três componentes são responsáveis pelo crescimento, decrescimento e mudança de estrutura por sexo e por idade de qualquer população. RDH 2010

A população cresce, decresce ou mantem-se devido ao comportamento da mortalidade e da fecundidade, onde a migração funciona como um fator de equilíbrio nesta dinâmica.

Esta abordagem será feita no período 2000 a 2010, ou seja, nos últimos dez anos de acordo com os censos do INE.

I. Tabela 1: Evolução do Indicador “longevidade e esperança de vida a nascença em cabo verde entre 2000 - 2010

Indicadores	Anos	
	2000	2010
Taxa Bruta de Natalidade (TBN)	33,2	22,6
Taxa de Mortalidade (TBM)	8,1	4,8
Esperança de vida a nascença para Homens	66,5	69,7
Esperança de vida a nascença para Mulheres	74,9	79,2
Taxa de crescimento natural (TCN)	25,1	17,8
Taxa de Crescimento migratório (TCM)	-6,2	-3,7
Taxa de Crescimento Total (TCT)	18,9	14,1

Fonte : INE

A tabela acima mostra o comportamento dos indicadores de desenvolvimento demográfico tendo em conta a evolução geral de Cabo Verde. A Taxa Bruta de Natalidade (TBN), sofreu um declínio de 33,2 por mil a 22,6 por mil de 2000 para 2010. A Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) passa de 8,1 por mil a 4,8 por mil de 2000 para

2010. Tal declínio provocou a redução a taxa de crescimento natural de 25,1 por mil a 17,8 por mil no mesmo período. O crescimento total abrandou passando de 18,9 por mil a 14,1 por mil, isto devido ao abrandamento do crescimento migratório que passa de 6,2 por mil a 3,7 por mil neste mesmo período.

O decréscimo do crescimento migratório deve-se essencialmente ao abrandamento da emigração acompanhada ao aumento de imigração.

A redução da emigração teve repercussão direta sobre a tendência recente.

II. A ESPERANÇA DE VIDA A NASCENÇA EM CABO VERDE

De acordo com o último recenseamento geral da população e habitação realizada pelo INE, a esperança média de vida em Cabo Verde em 2000 era 75 anos para as mulheres e de 67 para os homens e em 2010 passou para 79,1 para as mulheres e 69,7 para os homens.

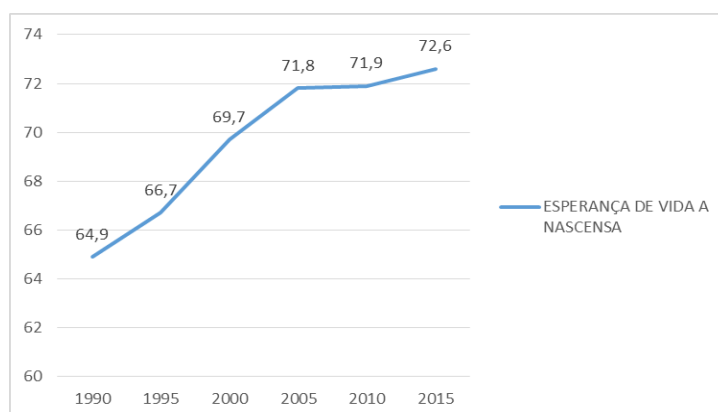
Com uma idade média de 26 anos em 2010 com a maioria da população a situar abaixo dos 20 anos, Cabo Verde constitui uma sociedade bastante jovem, uma tendência que pode mudar no futuro, tendo em conta aquilo que se tem observado em termos de aumento da esperança de vida e diminuição da taxa de natalidade.

Em 1990 o número médio de filhos por mulher era de 5,5 reduzindo para 2010 para 2,6.

Por outro lado, O PNUD destaca a evolução progressiva da esperança de vida em Cabo Verde, com resultados positivos ao longo do espaço de tempo estudado, 1990 a 2015, como se pode observar na figura 8.

A Esperança de Vida a Nascença corresponde ao número de anos que uma pessoa ao nascer pode esperar viver, se as taxas de mortalidade por idade observadas no momento se mantiverem.

Figura 8: Evolução da Esperança de vida a nascença entre 1990 á 2015 em Cabo Verde



Fonte: PNUD/INE

Em 1990, a esperança média de vida em Cabo Verde era de 64,9 anos, onde viu crescer a sua esperança de vida em 2000 para 66,7 anos constituindo um aumento de 1,8 anos, cerca de 2,7% de aumento em relação ao ano anterior. De 2000 para 2005 a esperança de vida aumentou 3 anos passando assim de 66,7 para 69,7 anos que constituía assim um aumento de 4,3%. De 2000 a 2005 houve um novo aumento em 2,1 anos, cerca de 2,9%. De 2005 a 2010 cresceu a uma margem mínima de 0,1 anos, cerca 0,14%. E em 2015 também com um aumento de 0,7 anos cerca 0,96%.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta para um aumento progressivo da expectativa de vida a nível mundial desde os anos 2000, apesar das desigualdades persistente no País.

Entre os anos 2000 e 2015, a expectativa de vida aumentou cinco anos globalmente, formando assim a evolução mais rápida desde a década de 1960. Aponta a OMS, que o indicador havia tido forte declínio nos anos 1990, devido a queda de expectativa de vida na África com as epidemias de VIH, e na Europa Oriental após o colapso da União Soviética.

A OMS sustenta que nos últimos 15 anos, a expectativa de vida aumentou em maior proporção na África em 9,4 anos, principalmente nas melhoras de sobrevivência infantil, nos avanços ao controlo da malária e no maior acesso aos antirretrovirais no tratamento do VIH.

A OMS destaca a grande evolução da população mundial no que se refere aos cuidados da vida e também a grande disponibilidade dos países na colaboração pela progressão da esperança de vida mundial, a destacar Cabo Verde.

III. INDICADOR EDUCAÇÃO

A sociedade cabo-verdiana, com o passar dos tempos, os anseios sociais exigiram maior e melhor ensino, maior democracia, com maior adequação social e tecnológicas que marcaram as épocas.

Cabo Verde sendo um pequeno estado e com uma vista demográfica bastante jovem com cerca de 62% da população com idade inferior a 25 anos em 2000, e com uma taxa de crescimento médio de 2,4% no período de 1990 a 2000. Com uma caracterização espacial demográfica desequilibrada devido a má distribuição e concentração da população que resulta da forte migração interna.

Neste sentido, o sistema educativo cabo-verdiano surge como estratégia motora de desenvolvimento global do país. Em busca de maior capacitação e inserção socioeconómica, na autopromoção e autonomização económica.

A educação é vista por todos como fundamental nas estratégias individuais e familiares de inserção e mobilidade social, mas também na estratégia de desenvolvimento do país. Senso (2000)

Com a reforma do ensino pós-colonial, foi introduzido novo sistema de ensino uma vez considerada extremamente seletiva onde havia pouca aderência de estudantes nas diversas etapas de ensino na época. Em 1977 foi subdividida o ensino no país onde o ensino primário era dividido em ensino básico ou estrutura em ensino básico elementar (EBE) e ensino básico complementar (EBC), o ensino secundário e o curso técnico profissional.

Com o intuito de promover mudanças estruturais com a intenção de garantir o desenvolvimento socioeconómico, político e cultural, nos anos 80 houve a necessidade de reestruturação no sistema de ensino. Para tal em 1986 foram criadas os Projetos (PREBA), Projeto de Renovação e Extensão do Ensino Básico e (PRESPE), Projecto de

Renovação Extensão do Sistema Educativo, que foram preparando as alterações mais significativas no ensino básico e secundário.

Com a publicação da Lei Base no Sistema Educativo em 1990, houve uma inserção de novas configurações no sistema educativo que foram divididos em vários subsistemas, sendo o pré-escolar, o ensino básico, secundário (via geral e via técnica) e o ensino superior.

Sistema Pré-escolar

O sistema pré-escolar tinha o objetivo de mobilizar, qualificar e preparar uma criança em vista de desenvolvimento para a inserção no ensino básico.

Ensino Básico

O ensino básico com duração de 6 anos universal e obrigatório, que destinava a crianças com 6 a 7 anos de idade e 11 a 12 anos em função da idade do ingresso no Ensino Básico.

Ensino Secundário

O ensino secundário tinha como continuação do ensino primário, com um aprofundamento e consolidação do conhecimento, que durava num período de 6 anos, divididas em 3 ciclos 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo que era dividida em duas vias Geral e Técnica.

Via Geral

A via geral preparava o aluno pra a prosseguir os estudos no ensino médio ou no geral.

Via Técnica

Onde a vocação tecnológica ganhava vantagem nítida dos estudantes na atividade prática desenvolvidos no ensino secundário técnico.

Ensino Médio

Tinha a capacidade profissionalizante de quadros médios específicos de conhecimento.

Ensino Superior

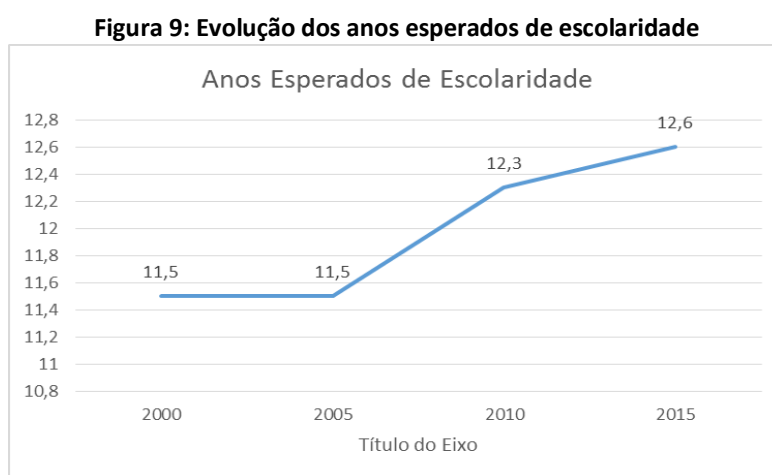
O ensino superior que se encontrava em fases de instalações, onde só em 1992 foi criada a Comissão Instaladora do Ensino Superior que teve como objetivo o enquadramento das competências existentes e futuras e coordenação dos projetos internacionais a esse nível.

População escolar, é definida por limites de idades adotadas, de uma maneira geral, a população escolarizável é constituída por pessoas de 6 a 14 anos, correspondendo ao período de escolarização obrigatória definidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO).

Os anos esperados de escolaridade, correspondem ao número de anos esperados de escolaridade de uma criança desde o início da trajetória educacional, se as taxas de matrícula permanecerem os mesmos durante toda vida da criança. Organização da Nações Unidas para a Educação UNESCO 2009.

Apesar de não manter a estrutura por idade com exata precisão, o que pode apresentar fluxos diferentes de aprovação, repetência, matrículas tardias e abandonos escolares.

A figura 9 abaixo representado, é baseado nos dados do ressentimento geral da população e habitação 2000 INE. Nível de analfabetismo em Cabo Verde por ilhas e em percentagem.



Fonte: INE 2015

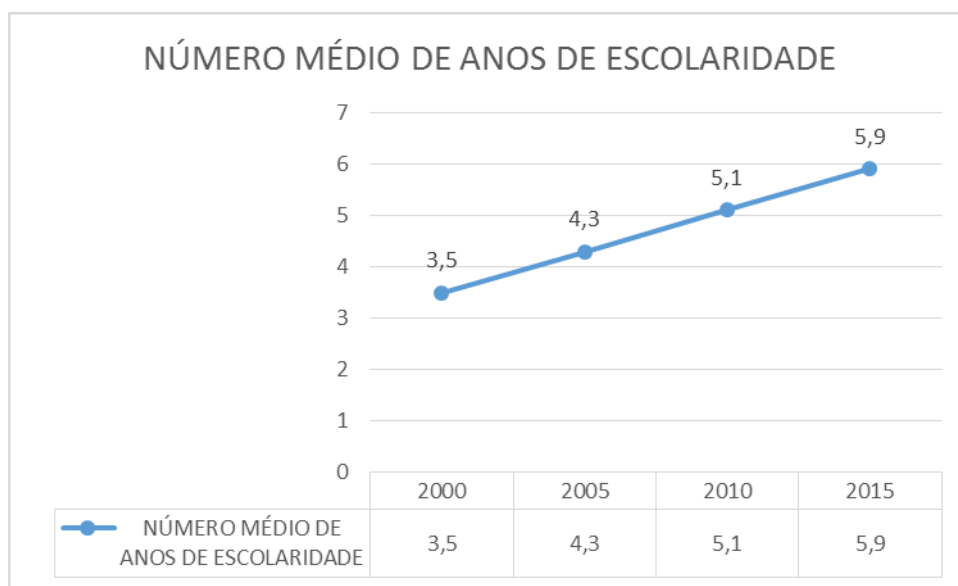
Os dados apresentados na figura, representam os anos de escolaridade esperados em cabo verde

Em 2000, os anos esperados de escolaridade em Cabo Verde, eram de 11,5 anos, onde em 2005, Cabo Verde viu manter os anos esperados de escolaridade de 11,5 anos, mas, já em 2010 houve um aumento para 12,3 anos, uma vantagem de 0,8 anos, correspondendo assim a um total de 6,5%. A mesma tendência de crescimento manteve, uma vez em 2015, também aumentou de 12,3 anos para 12,6 anos, cerca de 2,4%, embora seja um crescimento mais reduzido do que em 2005 a 2010.

Número médio de anos de escolaridade

Corresponde ao número médio de anos de escolaridade recebida por pessoas com 25 ou mais anos de idade. Os números médios de escolaridade são calculados com base nos níveis de escolaridade concluída para as pessoas em causa, tendo em conta a duração de oficial de cada nível de ensino.

Figura 10: Representação do número médio de anos de escolaridade 2000 -2015



Fonte: INE 2015

A figura 10, mostra o número médio de anos esperados pela população de Cabo Verde de 2000 a 2015, onde pode-se verificar que nos anos 2000, a média de escolaridade era de 3,5 anos, progredindo em 2005 para 4,3 anos com uma diferença de 0.8 anos correspondendo a um aumento de 18,6%. De 2005 a 2010, a média de escolaridade aumentou para 5,1, formando deste modo um aumento de 0,8 anos o que equivale a 15,69%. Já em 2015 o número médio de escolaridade cresceu de 5,1 anos para 5,9 anos correspondendo ao aumento de 0,8 anos que equivale a um aumento de

13,56%. Nota-se que houve um crescimento periódico de 0,8 anos, o que forma um total de crescimento de 2000 a 2015 de 40,68%. Na abordagem ao gráfico do número médio de escolaridade não foi possível a análise de 1991 devido à indisponibilidade de dados.

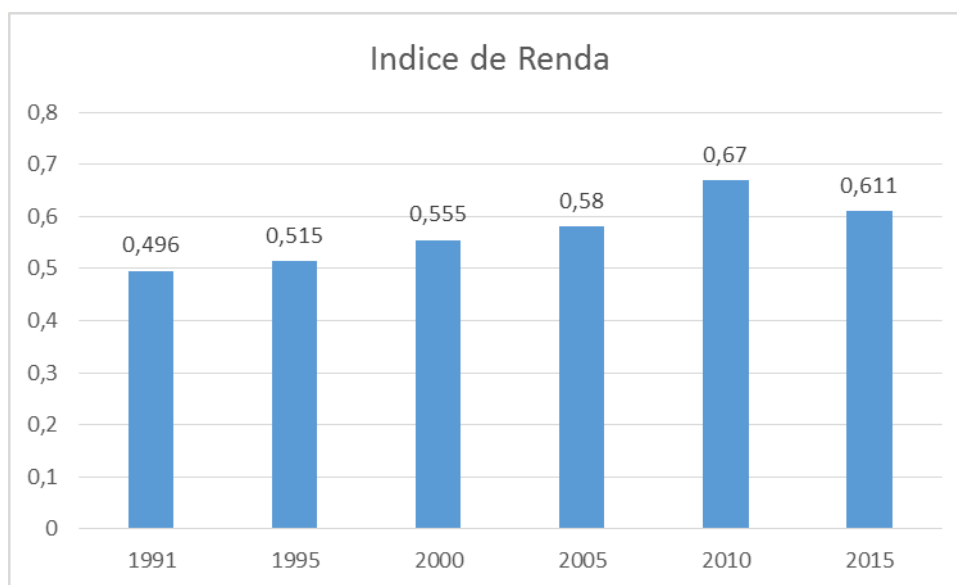
IV. INDICADOR RENDA

É um indicador que serve de apoio à medição do grau de desenvolvimento económico de um país ou região. É medida através da divisão da Renda Nacional pelo número de Habitantes do país, onde geralmente é representado pelo Produto Interno Bruto PIB.

A renda *per capita* que tem o mesmo significado que renda pessoal, é um conceito macro económico que corresponde a toda forma de renda desfrutada por um indivíduo, incluindo salários, transferências, subsídios, aposentadorias, pensões, honorários, alugueres, juros, lucros e entre outras formas de benefícios.

A Renda Pessoa equivale à Renda Nacional deduzidos da providência social, dos impostos sobre os lucros, dos lucros retidos das empresas.

Figura 11: Evolução do Índice de Renda 1995 - 2015



Fonte: INE 2015

No Índice de Renda acima representado graficamente, nota-se que em 1991, o mesmo era de 0,496 passando para 1995 com um acréscimo de 3,7%. De 1995 a 2000 também o Índice de renda em Cabo Verde aumentou em 7.2%, de 2000 a 2005 houve um novo aumento de 4,3% e manteve a mesma tendência em 2010 com o índice a posicionar nos 0,67 que corresponde a um aumento de 0,09 cerca de 13,4%. Mas esta tendência de crescimento, inverteu em 2015 onde houve uma regressão do indicador de 2010 a 2015 passando de 0,67 para 0,611 correspondendo assim a uma redução de 9,67%.

A renda é um indicador macro económico capaz de apresentar uma realidade média da situação económica de um país, mas que não tem a capacidade total de refletir a qualidade de vida.

A renda é um indicador que controla da quantidade de riquezas de um país mas não mostra como essa riqueza é distribuída. As classes sociais são hierarquizadas e os padrões de vida estratificadas. Se for comparado dois indivíduos com capacidades económicas diferentes, pode-se notar que a qualidade de vida entre eles é desajustada.

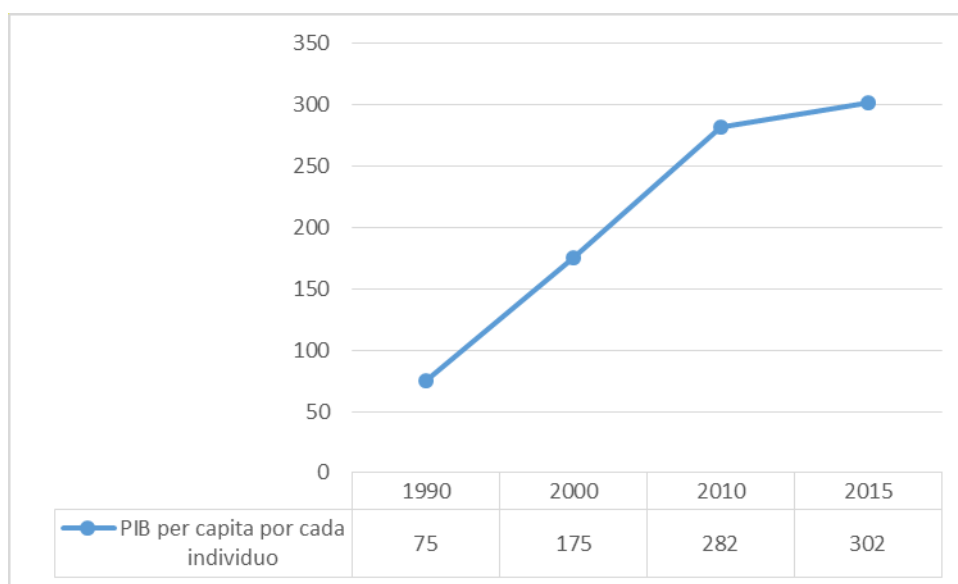
PIB *per capita* por indivíduos residentes

O PIB corresponde a uma média de toda produção de um país num determinado ano, nomeadamente, pão, carros, livros, refeições, tudo que foi gerado no ano como exploração económica, mas com uma certa limitação na determinação de certos produtos.

O PIB é comparado entre países, mas é de salientar que não é um medidor de grande precisão, uma vez que os produtos e serviços produzidos constituem características diferentes, com fatores produtivos diferentes, mão de obra diferentes, e com preços diferentes devido aos custos de produção adequadas a cada região.

O gráfico a seguir representa o PIB per capita por indivíduo em Cabo Verde no período de 1990 á 2015.

Figura 12: Evolução do PIB per capita 1990 á 2015



Fonte: INE 2015

Cabo Verde em 1990, com estatuto de país pobre, dispunha de um PIB *per capita* por indivíduo de cerca de 75 milhões, passando para 2000 com um PIB de 175 milhões, formando um aumento de 57%. Isto deve-se ao aumento do turismo e das prestações de serviços correspondentes ao tráfego aéreo, sendo os principais contribuintes do aumento do PIB naquele período.

De 2000 a 2010, houve um novo aumento passando assim de 175 milhões para 282 milhões que constituiu um aumento de cerca de 38%. Isto devido ao aumento do comércio, de restaurantes e hotéis, e também como o grande dinamismo do turismo ao longo das décadas.

De 2010 a 2015 também houve um novo aumento do indicador que passou para 302\$ correspondendo a um aumento reduzido de 7%. Este fraco aumento deve-se à crise económica global nos anos 2008 que veio a afetar Cabo Verde nos anos seguintes.

CONCLUSÃO

Analisar e confrontar a noção de qualidade de vida em detrimento de diversos pontos de vista, foi necessário para relacioná-lo ao ponto de vista mais amplo com os resultados apresentados posteriormente. A apresentação da História e da área geográfica de Cabo Verde possibilitou uma maior percepção e localização contemplada nos estudos. Já a representação demográfica e a representação monetária, possibilitou uma maior compreensão acerca das condições de vida da população nos anos de estudo.

Como proposto na análise dos dados nas datas estipuladas permite ter uma visão se as condições de vida da população cabo-verdiana evoluíram. Partindo da noção da qualidade de vida e dos parâmetros que dignificam o bem-estar e em conformidade com os indicadores sociais de qualidade de vida, permite que esta relação se torne mais abrangente onde os diferentes resultados apresentados, constituem uma melhoria nas condições de vida da população cabo-verdiana no período considerado.

Agregando os indicadores de desenvolvimento no que compõe o IDH, pode-se observar uma clara evidência no crescimento acelerado e constante dos indicadores superando as expectativas baseadas na evolução do bem-estar no País.

Este crescimento, permite observar a passagem de Cabo Verde de níveis intermediários de desenvolvimento para níveis médios de desenvolvimento, de acordo com os indicadores.

Apesar de o PIB apresentar a relação da situação económica de Cabo Verde na sua generalidade, ainda constitui a imensa incapacidade de relacionar a população em relação ao bem-estar económico entre a camada mais rica e a mais pobre.

1 - Indicador Renda

Baseado nos gráficos do Índice de Renda e do PIB *per capita* por indivíduo, pode-se notar que ambos evoluíram positivamente em detrimento do Indicador Renda no período destacado. Talvez seja o indicador que cresceu mais de 1990 a 2015. Apesar dos diferentes níveis de crescimento registado entre os períodos, nota-se que o maior momento de crescimento do Índice de Renda registou-se nos anos de 2005 a 2010 formando assim um aumento de 13,4%. O único momento em que o Índice de Renda

viu declinar o valor absoluto, foi nos anos de 2010 a 2015 com uma redução de cerca de 9,7%.

Já para o PIB *per capita* por indivíduos, nota-se que o indicador macroeconómico, no período destacado, teve uma forte e progressiva evolução. Verifica-se uma subida substancial no rendimento usufruído por cada indivíduo residente no país, passando de valores extremamente reduzidos para patamares superiores, tendo em conta que economicamente, Cabo Verde nessa altura era um país jovem democraticamente em que o processo de aquisição de riquezas se iniciava em pouco tempo.

O PIB *per capita* por indivíduos, em 1990 encontrava-se numa vulnerabilidade económica onde registou em média o PIB por indivíduo em 75\$, com um substancial e progressivo aumento, permitiu que o valor médio se aumenta em 4,2 vezes de 1991 a 2015, melhorando assim as condições de vida da população, possibilitando uma maior oportunidade na acumulação de riquezas e consequentemente um maior poder de compra.

Considera-se que o devido aumento do PIB se deve a grandeza e ao componente dos setores de atividades na sua dinamização e adaptação ao sistema desproporcionado em termos de atividades priorados na contextualização do país.

1. Indicador Longevidade

Assim como registado o aumento do Indicador Renda, se procedeu ao Indicador Longevidade, apresentando um aumento substancial ao longo do período destacado em estudo. O Indicador longevidade em Cabo Verde, apesar de outros indicadores apresentarem tendências de crescimento elevado, apresentou um elevado destaque a nível do crescimento, embora o seu valor absoluto desde o início do período em estudo, posiciona-se em números de anos bastante consideráveis. Nota-se que em 1991 a esperança de vida em Cabo Verde era de 64,9 anos, aumentando substancialmente o número de anos esperados de vida em 2005, com um abrandamento no ritmo de crescimento em 2010, devendo ao fato da taxa bruta de mortalidade baixar do período 2000 a 2010 e consequentemente aumenta a esperança de vida.

A taxa bruta de Natalidade neste período, também diminuiu na mesma proporcionalidade que a taxa bruta de Mortalidade, onde as reduções não afetaram o gradual crescimento da esperança de vida. Da mesma forma, a esperança de vida

baseado no género, as fortes relações de inferioridade entre os sexos demonstram um crescimento gradual de ambos, onde a esperança de vida feminina qualifica-se e mantém um nível elevado que acabou por elevar também a esperança de vida em Cabo Verde. Os dados relativamente às taxas Brutas de Natalidade, mortalidade e as esperanças de vida dos géneros não foram encontradas no período de 1991 a 2000 e também do período de 2010 a 2015. Destaca-se uma grande melhoria do indicador Longevidade e a Esperança de vida em Cabo Verde.

2. Indicador Educação

Para o Indicador Educação, como os outros Indicadores, apresenta uma evolução positiva, apesar de nos inícios dos anos em estudo não apresentarem resultados muito desfavoráveis. Tendo em conta que o sistema de ensino se manteve o mesmo durante o período em estudo, mas com reduzidas alterações.

Na indisponibilidade de dados sobre o número médio de escolaridade no ano de 1990 a 2000, procedeu-se avaliá-lo nos anos pós 2000. Nota-se a evolução do número médio de anos de Escolaridade, este indicador mostra a progressiva média de escolaridade em Cabo Verde. O número médio de escolaridade era muito reduzido, na medida em que houve um avanço significativo, progredindo de 3,5 anos de escolaridade em 2000 para 5,9 anos em 2015 com uma característica bastante ascendente e qualitativo, aumentando assim o nível de conhecimento dos indivíduos.

Da mesma forma, os anos esperados de escolaridade também cresceu, sendo com uma única exceção onde se manteve de 2005 a 2010, mas nota-se que ganhou uma esperança de escolaridade no período de cerca de 1,1 anos, resultados de sistemas de adaptação e melhoria nas condições de ensino, que proporciona uma melhor condição de estudo e maior esperança nos estudos.

Apesar das dificuldades que se podem encontrar em Cabo Verde, de um modo geral pode-se concluir que os indicadores do IDH evoluíram no sentido positivo com os variáveis utilizados, sendo que o IDH também cresceu no período em questão. Logo, permite-se afirmar que as condições de vida da população Cabo Verdiana melhoraram no período 1991 a 2015.

O grau de subjetividade e a cultura carregada por Cabo Verde, permite uma grande definição sobre a qualidade de vida em diversos significados na abordagem do

indivíduo em particular. Muitas abordagens objetivas, influenciam na abordagem para uma maior perceção sobre a qualidade de vida e o bem-estar.

Levando a cabo certos requisitos em abordagem do conceito, pode-se afirmar que foram criadas melhores condições para melhor definir o conceito de Cabo Verde no Contexto do IDH.

Este trabalho não levou em conta outros indicadores de desenvolvimento Humano, muito importantes, capazes de avaliar a condição de bem-estar e qualidade de vida, nomeadamente o Índice de GINI que mede a pobreza, a Renda e o Trabalho, o Saneamento, o Índice de Desenvolvimento Baseado no Género, por não serem Indicadores componentes do IDH.

BIBLIOGRAFIA

CAPLAN. B. (1991). *Against the Human Development Index*. Library of Economics and Liberty.

DESSEN & JUNIOR (2005). *Desenvolvimento e Sustentabilidade no século XX*. Editora: Companhia das Letras. Brasil.

DSHAIES, B. (s.d.) - Metodologia de investigação em ciências Humanas. (s. 1.) Lisboa Instituto PIAGET – Divisão Editorial.

FERNANDES. M. (2011). *Evolução Urbana e planeamento Urbano da cidade de Assomada, Cabo Verde*. Dissertação para o grau de Mestrado em Geografia. Ordenamento do território e desenvolvimento. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.

FERREIRA. L. (1997), *Educar para a Diversidade: Cabo Verde*. Lisboa. Editora Universidade Aberta.

H. TORRES ET AL. (2003) - Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. São Paulo. Companhia das Letras.

MINAIO & BUS, (SD). *Qualidade de Vida e saúde: um debate necessário*. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf>.

NERI, A. (2007) - Qualidade de vida na velhice. São Paulo. Editora Alínea

NEVES, A. (2005) - Um Estudo Sobre Os Indicadores de Desenvolvimento Humano de Recife. Universidade Aberta. São Paulo.

PAULANI, A. & BRAGA, C- (2007), *Uma Análise das Principais Tendências de Desenvolvimento*. Editora: Fanpec. Rio de Janeiro.

PITA. I (2011) - Educação como pilar de desenvolvimento. Universidade de Coimbra.

QUIVY. R. E CAMPENHOUDT, L. V. (2005) – Manual de investigação em Ciências Sociais - Objetivos e procedimentos 4ª ed Lisboa. Editora Guilherme Valente

ROSSETTI, J. (2007) - Introdução a Economia, 20 ed São Paulo. Editora Atlas.

SANTORO, J. (2016) - Ecologia, Meio Ambiente, Geografia. Editora: Funpec. Brasil.

SEN A. (2010)- *As pessoas em primeiro lugar: A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado.* São Paulo. Companhia das letras

SEN. A (2000) - Desenvolvimento como liberdade, São Paulo: companhia das letras

SMITH, A (1983) - A Riqueza das Nações: *investigação sobre a sua natureza e as suas causas.* Editora: Abril cultural. Brasil

SOUSA. N. (2005) - Desenvolvimento e Económico. ATLAS S.A. São Paulo

VILARTA. R. (2010)- Qualidade de Vida. Evolução dos Conceitos e Práticas no Século XXI. Editora IPES. Campinas.

Documentos oficiais

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2011. Relatório do Desenvolvimento. Oxford University Press.

Senso 2010, recenseamento geral da população e Habitação. Estado e estrutura da População Cabo-Verdiana. INE 2010.

WWW.UNESCO.ORG. indicadores Educacionais: diretrizes Técnicas. Paris UNESCO, 2009

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2005. Relatório do Desenvolvimento. Oxford University Press.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 1990. Relatório do Desenvolvimento. Oxford University Press.